



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
MINAS GERAIS**

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

**EDITAL Nº 044/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 077/2021.
INEXIGIBILIDADE Nº. 017/2021.
CREDENCIAMENTO Nº 011/2021.**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS PARA ATENDER AS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**, torna público, à partir do dia **21 (Vinte e um) de setembro de 2021 até 21 (vinte e um de Outubro de 2021)**, que estará recebendo documentação para a realização de credenciamento de pessoas jurídicas **PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS A SER DESTINADA A ATENDER AS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO**, em atendimento as demandas da secretaria municipal de Obras e Transportes. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no seguinte endereço: Rua Montes Claros, 243, centro, de 07:00 às 13:00 horas, nos dias úteis.

São Francisco-MG, 20 de Setembro de 2021.

MIGUEL PAULO SOUZA FILHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

O Município de São Francisco torna público que estará recebendo em sua sede na Avenida Montes Claros, nº 243 – Centro, a partir do dia **21 (Vinte e um) de setembro de 2021 até 21 (vinte e um de Outubro de 2021)**, no horário das **07:00 às 13:00** horas, documentação de contratação de empresa para prestação de serviços de perfuração de poços artesianos para atender as comunidades no Município de São Francisco a ser destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes, o edital se encontra no endereço acima.

1 – Da Vinculação Legal:

1.1 – A licitação de que se trata é regida pelas disposições constantes do presente edital, e no que for omissivo, pelas Leis nº 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 – DOU de junho de 1.993, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1.994 – DOU de 09 de junho de 1.994 e de demais normas aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste certame, nos termos da Lei federal nº. 8.666/93, o credenciamento de pessoas jurídicas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS PARA ATENDER AS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES** mediante adesão às condições previstas neste Edital.

1.2.-Este certame definirá as pessoas jurídicas habilitadas ao credenciamento que, após formalização por Contrato, ficarão autorizadas a prestar serviços para a secretaria de Obras e Transportes em conformidade com o estabelecido neste Edital e seus anexos.

1.3. A celebração do Contrato e a consequente realização do objeto não acarretará, necessariamente, despesa ou outra obrigação ou vínculo jurídico-trabalhista ou funcional para o Município de São Francisco - MG, não podendo a empresa credenciada, nos termos deste Edital, nada exigir ou reclamar.

2. DO PEDIDO DE INSCRIÇÃO.

2.1- As inscrições ficarão abertas por um período de **01 (um)** mês contados a partir da data da primeira publicação, podendo ser contratados, todos os prestadores de serviços na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária da Administração Municipal.

2.2- Este Edital será divulgado através de extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais e no site oficial da Prefeitura site: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

2.3 Outros esclarecimentos ou consultas ao Edital poderão ser obtidos através do e-mail licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br.

3. DO PRAZO, VALIDADE E PARTICIPAÇÃO.

3.1 Este edital obedecerá aos seguintes prazos e validades:

a) prazo de inscrições: 01 (um) mês contados a partir da data da primeira publicação deste edital.

b) validade do credenciamento: 12 (doze) meses, prorrogável, a critério exclusivo de oportunidade e conveniência da Administração Municipal, por igual período, mediante a manutenção da documentação relacionada, pelo prazo máximo nunca superior a 60 (sessenta) meses).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

3.2 Poderão participar do procedimento de credenciamento todas as pessoas jurídicas que militem no ramo pertinente ao objeto descrito.

3.3 É vedada a participação de pessoas jurídicas que:

- a) não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;
- b) tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;
- d) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- f) Também não poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

3.4 Não será permitido credenciamento de empresas em consórcio.

3.5 As informações complementares que se fizerem necessárias referentes ao Edital serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitação.

3.5.1 Esclarecimentos de dúvidas sobre os documentos serão atendidos mediante solicitação, por escrito, encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, que poderão ser respondidas, aquelas consideradas pertinentes, a todos os interessados que tenham retirado este Edital, inclusive pessoas jurídicas já credenciadas;

- a) Não será levado em consideração qualquer consulta, pleito ou reclamação, que não tenha sido formulada por escrito e devidamente protocolizada na sala de licitações, sendo, ato contínuo, encaminhada à Comissão Permanente de Licitação.

4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES.

4.1 O envelope contendo o Requerimento de Inscrição e a documentação necessária à análise do credenciamento do interessado deverá ser indevassável, hermeticamente fechado e entregue à Comissão Permanente de Licitação, na forma prevista neste Edital, conforme endereço e horário abaixo especificados:

- a) local de entrega dos envelopes e realização do credenciamento: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Francisco - MG, sito à Rua Montes Claros, 243, centro, CEP 39.300-000;
- b) horário para entrega dos envelopes: em dias úteis, das 07h00min às 13h00min;

4.2 O envelope poderá também ser encaminhado pelos correios para o mesmo endereço especificado no item 4.1. a.

4.3 O envelope deverá ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 077/2021

CRENCIAMENTO Nº 011/2021

PESSOAS JURÍDICAS: nome da empresa interessada.

ENDEREÇO:

CIDADE:

4.4- A PREFEITURA não se responsabilizará pelo envelope entregue em datas, locais e horários distintos daqueles indicados e definidos neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO.

5.1- Será realizada coleta e análise dos documentos do item 07, referentes a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação técnica de pessoas jurídicas interessadas no objeto descrito neste Edital, além do cumprimento de outras obrigações contidas na legislação aplicável e neste instrumento convocatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

5.2- Observado o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste Edital, o credenciamento de cada interessado dar-se-á com a Ratificação e posterior assinatura do termo contratual correspondente, sendo a sua eficácia condicionada á publicação de seu extrato no Diário Oficial de Minas Gerais.

5.3- Entre os credenciados da mesma categoria, serão classificados pela ordem de apresentação dos envelopes contendo os documentos de habilitação, junto ao setor indicado no item 4.1, a, do presente instrumento e posteriormente, o mesmo critério será adotado para a contratualização dos credenciados, ou seja, conforme a ordem cronológica de apresentação.

5.4- O credenciamento dos interessados terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do extrato do Contrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado na forma da legislação em vigor, observado o disposto neste Edital.

5.5- Os serviços a serem prestados serão na sede do município de São Francisco e zona rural especificamente junto a Secretaria Municipal de Obras e Transportes, junto à população do município.

6. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.

6.1- Os documentos exigidos para habilitação no presente processo de credenciamento poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, ou, ainda, através de publicação da imprensa oficial, sendo vedada a fotocópia efetuada por fac-símile.

6.1.1- Os documentos poderão, também, ser apresentados em cópias simples acompanhados dos originais para serem autenticados por membro da Comissão Permanente de Licitação.

6.2- As certidões de regularidade e outros documentos emitidos via internet deverão ser devidamente confirmadas e autenticadas pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3. Não serão consideradas documentações apresentadas por fax ou e-mail;

6.4. Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade na data de entrega dos envelopes, de que trata o item 4 deste Edital;

6.5. Documentos que não tenham a sua validade expressa e/ou legal fixada pelo órgão emissor serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão;

6.6. Quando a pessoa jurídica possuir filiais, todos os documentos apresentados deverão se referir a um só local de competência.

6.6.1. Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo, quando, no caso de tributos e contribuições das filiais, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua matriz ou sede. Neste caso, os documentos comprobatórios de tal centralização, fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), deverão ser apresentados juntamente com a documentação correspondente.

7. DA DOCUMENTAÇÃO.

7.1. Do interessado em se credenciar para prestação de serviços de Perfuração de Poços artesianos da Prefeitura Municipal de São Francisco - MG será exigida, para fins de participação, a apresentação dos seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato social consolidado);

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na Alínea "b", deste subitem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Cédula de Identidade e CPF dos Sócios.
- g) Prova de que a empresa está em plena atividade, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que deverá ser comprovado através do **Alvará de Localização e Funcionamento da Prefeitura Municipal da sede da empresa licitante.**

7.2. Documentos Relativos à Regularidade fiscal e trabalhista:

- a)-Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, em um único documento (Certidões Negativas na forma prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8036 de 11 de maio de 1990;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a empresa, mediante apresentação de certidões negativas de competência Municipal.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011. Para fins de habilitação, **será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho-TST.**

7.3. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade mínima de 90 (noventa) dias.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a) Atestado de capacidade técnica oriundo de órgãos públicos ou privados, comprovando já ter executado serviço desta natureza, objeto do Credenciamento.
- b). Declaração, Anexo III deste Edital, de que não possui em seu quadro de pessoal, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei,
- c). Declaração, Anexo IV deste Edital, de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o poder público, ou suspensa de licitar ou contratar com o Município de São Francisco - MG,

7.5. A documentação completa deverá ser protocolizada nos termos do item 4 deste edital.

7.6 Em relação ao documento de que trata o subitem anterior, será aceito, para efeito de habilitação, protocolos de entrega ou solicitação de documento perante o órgão competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO.

8.1. Os documentos protocolizados, após os procedimentos de juntada ao processo administrativo pertinente, serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação dentro do prazo estipulado para credenciamento neste edital, e ao final será registrado em ata.

8.2. Os pedidos de credenciamento eventualmente indeferidos constarão de ata própria, na forma da legislação aplicável.

8.3. Das decisões proferidas pela Comissão de Credenciamento caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de suas publicações na Imprensa Oficial de Minas Gerais.

8.4. Havendo interposição de recurso contra decisão da Comissão de Credenciamento será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os demais interessados apresentem Contra Razões.

8.5. O recurso, devidamente protocolizado dentro do prazo legal, será encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar ou não sua decisão, ou encaminhá-lo ao Prefeito Municipal, para a decisão final;

8.6. A Comissão Permanente de Licitação, sempre que reconsiderar ou não sua decisão, o fará por escrito, de forma fundamentada, comunicando o fato, formalmente, aos interessados inscritos e participantes deste certame.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 para fazer face às despesas serão utilizadas as dotações orçamentárias do orçamento vigente do Município de São Francisco:

080117.511.1014.6110 339039 (Ficha 5069)
--

080117.511.1014.6110 339030 (Ficha 5120)
--

10 – DOS VALORES

10.1 Pelos serviços prestados, pagarão os valores constantes do anexo I do presente edital, que estabelece tabela de valores para contratos de credenciamentos celebrados com as empresas vinculados à Secretaria Municipal de Obras e Transportes São Francisco/MG.

10.2 As despesas com alimentação, transporte, remuneração e impostos incidentes sobre os serviços, serão de responsabilidade dos credenciados.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

11.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na sua integralidade;

11.2. À Comissão Permanente de Licitação ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões;

11.3. As demais condições ou exigências pertinentes ao objeto deste Edital são aquelas constantes dos seus anexos, partes integrantes deste Instrumento;

11.4. O presente procedimento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, da Administração Pública;

11.5. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração Pública, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento;

11.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

11.7. A PREFEITURA poderá, a qualquer tempo, promover ajustes e modificações no Edital e/ou suas peças ou partes, em decorrência de alterações na legislação aplicável, promovendo a devida publicação na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais;

11.8. A prestação dos serviços somente poderá ocorrer em estabelecimento do credenciado ou em estabelecimento credenciado da PREFEITURA, conforme dispuser o termo de contrato.

11.9. A PREFEITURA atuará, de forma a garantir que a população quanto a prestação dos serviços com o correto acompanhamento com as especificações e padrões estabelecidos pela Secretaria de Obras e Transportes;

11.10. O credenciado deverá emitir Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo, no caso de pessoa jurídica, constando número do CNPJ, do contrato e obrigatoriamente a identificação dos serviços prestados, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, já incluído todos os impostos, taxas e encargos, além do nome e o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito do pagamento, acostando ainda à mesma, relatório auxiliar detalhado, discriminando a prestação dos serviços, seus valores unitários, com a aprovação da Secretaria Municipal de Obras e Transportes de São Francisco - MG.

11.11. Fica eleito o foro da comarca de São Francisco - MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste credenciamento, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja;

11.12. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS;
- b) Anexo II – MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO;
- c) Anexo III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR;
- d) Anexo IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- g) Anexo V – MINUTA DE CONTRATO.

São Francisco – MG, 20 de setembro de 2021.

Miguel Paulo Souza Filho
Prefeito Municipal



ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 011/2021

1. OBJETO:

1.1- O Presente termo de referencia visa à contratação através de Processo **CREDENCIAMENTO** para futura e eventual **Contratação de Empresa para prestação de serviço de perfuração de poços artesianos para atender comunidades no município de São Francisco.**

2. JUSTIFICATIVA:

2.1- É crescente a preocupação com a saúde e o bem-estar das pessoas que residem distante das cidades. Objetivando a implementação do saneamento básico rural, umas das metas que contemplam este procedimento é o abastecimento de água humano e animal. As ações relacionadas ao saneamento básico na área rural, também contribuem para as atividades básicas de prevenção de doenças e melhoria contínua da saúde da população rural, bem como na conservação do meio ambiente.

Há comunidades que são abastecidas apenas por minas de água que desaparecem a cada período de estiagem e há outras que não possuem cursos de água ficando a mercê de chuvas para enchimento de caixas de água.

Apesar de algumas famílias possuírem caixas d'água para captação de águas de chuva, estas ficam vazias, visto o extenso período de estiagem no município.

O município não possui quantidade suficiente de caminhões pipa para atender comunidades rurais, em análise à extensão territorial que possui; e a maioria das famílias não possui recursos financeiros para aquisição de pipas de água.

A perfuração de poços artesianos atenderá comunidades (várias famílias), onde podemos citar as seguintes benefícios:

2.2 - Não falta água

Essa é uma vantagem muito importante: um poço bem construído é um fornecimento contínuo de água.

Você não dependerá mais da rede pública de abastecimento, o que significa que ficará livre de oscilações, que poderiam te deixar sem água por um tempo, bem como de crises hídricas e racionamento, que poderiam te deixar sem água por muito tempo.

Vale lembrar, no entanto, que a manutenção preventiva é essencial para evitar problemas com o poço.

A cada um ou no máximo dois anos, é legal checar o conjunto de bombeamento, filtros e demais componentes para prolongar a vida útil do seu poço, garantindo água limpa e adequada para uso por muitos anos.

2.3 Economia na conta de água

Não só você nunca ficará sem água, como certamente diminuirá seus custos. Em alguns casos, é possível até zerar a conta de água.



Dependendo do seu investimento, você logo recuperará o dinheiro aplicado no poço e passará a ver uma economia mensal real.

2.4 Água de qualidade

A água de poços artesianos profundos costuma apresentar características biológicas, físicas e químicas destinadas ao consumo humano, mas é importante realizar testes de potabilidade antes.

Também é necessário fazer uma análise bacteriológica da água, atendendo aos padrões exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No geral, suas chances de obter água de qualidade sem necessidade de tratamento químico são grandes. Vale observar, porém, que o tratamento com um teor mínimo de cloro é exigido por lei.

2.5 Valorização do seu terreno

É difícil determinar quanto, mas alguns clientes da empresa de perfuração Perfurarte relataram um aumento de 20% no valor original do terreno.

Além disso, um poço artesiano pode ser perfurado em praticamente qualquer tipo de terreno.

Existem algumas ressalvas – especialmente se não há espaço no terreno para o equipamento necessário para a perfuração -, mas, no geral, a construção de um poço artesiano não é demorada e pode ser feita em solos dos mais variados.

2.6. Abastecimento de água sustentável

Ter um poço artesiano é mais sustentável do que usar água da rede pública ou comprar de caminhões-pipa.

A água de abastecimentos públicos e privados muitas vezes precisa ser tratada, e há grande desperdício no seu transporte – o Brasil desperdiçou 38% da água potável em seus sistemas de distribuição em 2016, o que equivale a uma perda financeira de mais de R\$ 10 bilhões/ano, segundo um estudo do Instituto Trata Brasil.

Já um poço artesiano, se construído totalmente dentro das leis e normas de segurança e qualidade, não oferece nenhum risco à natureza, além de ter boa qualidade e custo-benefício.

O acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente é um direito universal, de todos. No Brasil, a Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, reafirma o direito à água das gerações presentes e futuras e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos;

A Lei nº 11.445, de 2007, estabelece as diretrizes nacionais e a política federal para o saneamento básico. Ainda, determina seus princípios fundamentais, entre os quais:

- “universalização do acesso ao saneamento básico; {...}”
- saneamento básico entendido como: “abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, realizado de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente; {...}”
- “utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários {...}”, isto é, considerando a limitação de recursos da população rural.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Com a chegada dos poços, o cenário predominado por incertezas nas pequenas vilas rurais vai ser modificado. A realidade ganhará novos contornos com os jatos de água que brotarão do interior da terra pela primeira vez.

3-DOS PREÇOS E SERVIÇOS

3.1. Conforme exigência legal, a Secretaria Municipal de Obras Transporte e Urbanismo, realizou uma pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos juntos a empresas do ramo, para levantamento da estimativa e obteve-se o valor global estimativo de **R\$ 434.000,00 (Quatrocentos e trinta e quatro mil reais)**.

Item	Descrição do Item.	Quantidade	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
01	PERFURACAO POÇO 6”	2000	M	R\$145,00	R\$ 290.000,00
02	REVESTIMENTO AÇO CARBONO 6” – TUBO DE 4M	100	UN	R\$ 1.440,00	R\$ 144.000,00

4- DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 4.1. Os serviços serão prestados na sede, distritos e povoados do Município de São Francisco/MG.
- 4.2. A CONTRADA deverá ter prestado serviços em órgãos Públicos ou Privados no ramo de atividade objeto da Licitação.
- 4.3. A empresa deve apresentar Atestado de Capacidade Técnica oriundo de órgãos públicos ou privados.
- 4.4. Os serviços serão executados com acompanhamento de servidor publico responsável pelo monitoramento e por representante da comunidade a ser atendida;
- 4.5. Deslocamento da CONTRATADA será realizado pela Prefeitura municipal para diagnostico do equipamento (bomba, painel e outros);
- 4.6. Havendo necessidade de instalação/retirada de equipamentos de poços tubulares, o deslocamento do material necessário para manutenção destes poços correrá por conta da Comunidade beneficiada;
- 4.7. Havendo necessidade de manutenção dos equipamentos : conserto de bomba , painel, troca de tubos e outros correrá por conta da Comunidade beneficiada;
- 4.8. Correrá por conta da CONTRATANTE os serviços relacionados na Solicitação de Compra constante neste processo, emitida por esta Secretaria Municipal;

5- DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O OBJETO

5.1. Os serviços serão executados sob exclusiva autorização da Secretaria Municipal de Obras e Transportes que utilizará o relatório de serviço para controle da execução.

6- DOS PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO.

6.1. O prazo de execução será de acordo com o descrito na Ordem de Serviço, em razão da diversidade dos locais de execução, é necessário que a CONTRATADA se organize para



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

executar o serviço de imediato, mediante autorização da Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

6.2. A prestação do serviço será executada até **31 de Dezembro de 2021**. Podendo ser prorrogado e o pagamento será feito por valor variável, de acordo com relatório de serviços executados.

7- DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO.

7.1. A fiscalização da execução ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras e Transportes, por meio de servidor designado. A existência de fiscalização não eximirá a Adjudicatária de nenhuma responsabilidade pela execução dos serviços nos aspectos de qualidade e segurança;

8- DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento da nota fiscal e de documentos de comprovação da execução.

8.2. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada por meio de depósito bancário.

8.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

8.4. Durante a vigência, os preços compactuados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas pelas situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, da redução dos preços praticados no mercado;

8.5.- Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65, da Lei 8666/93, o Município, se julgar conveniente poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório;

8.6.- Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração o Proponente registrado será convocado pela Contratante para a devida alteração do valor contratado;

8.7.- Para concessão da revisão do preço, a Contratada deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, e por escrito, apresentar pedido justificado da revisão do preço, anexando documentos comprobatórios da majoração, e ou, planilha demonstrativa de custo;

8.8.- Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, após o pedido de revisão do preço, o serviço contratado, se solicitado pela Secretaria Municipal de Obras Transporte e Urbanismo, deverá ser realizado pela contratada pelo valor contido no contrato.

8.9.- Dotação Orçamentária:

080117.511.1014.6110 3339030 5120

080117.511.1014.6110 3339039 5069



9- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Da CONTRATADA.

9.1.1. Assegurar a proteção e conservação dos serviços realizados;

9.1.2. Permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de São Francisco a inspeção dos serviços em qualquer dia e horário, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados;

9.1.3. Informar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de São Francisco por escrito, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte.

9.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Francisco ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Prefeitura Municipal de São Francisco;

9.1.5. Responsabilizar-se pela execução dos serviços, de acordo com a legislação em vigor;

9.1.6. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;

9.1.7. Acatar a solicitação da fiscalização, por escrito, quando esta exigir da contratada a substituição de qualquer empregado, cuja conduta for considerada inconveniente.

9.1.8. Responsabilizar-se por eventuais acidentes causados a terceiros, bem como assumir integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Prefeitura Municipal de São Francisco, decorrentes da execução dos serviços objeto da licitação;

9.1.9. Responsabilizar-se pela qualidade serviços executados/fornecidos e promover a adequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto;

9.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

9.1.11. Manter durante a execução do contrato, todas as obrigações de habilitação exigidas na licitação;

9.2. DA CONTRATANTE

9.2.1. Prestar informações necessárias, com clareza, à CONTRATADA para a execução dos serviços licitados;

9.2.2. Acompanhar fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços constantes no contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

9.2.3. Notificar a CONTRATADA para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços, que, por ventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais aos beneficiários;

9.2.4. Emitir a “Ordem de Serviço” por meio da Secretaria Municipal Obras e Transportes, além de emitir autorização para início de serviço em qualquer horário por meio de funcionário plantonista sendo que não pode haver atraso no início do serviço;

9.2.5. Remunerar os serviços contratados na forma e nas condições pactuadas, podendo oferecer as garantias necessárias para assegurar o respectivo pagamento;

9.2.6. Exigir a troca de funcionários ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;

9.2.7. Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e as sanções previstas no contrato, de acordo com as leis que regem a matéria;

9.2.8. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;

10 – DAS SANÇÕES

10.1. A Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, considerando-se o quantitativo total estimado, caso a contratada não cumpra com o cronograma de execução dos serviços, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Administração;

c) Multa de 2% (dois por cento) do valor da proposta, considerando-se o quantitativo total estimado, caso a contratada apresente outras falhas na execução dos serviços;

d) Multa de 10% (dez por cento), considerando-se o quantitativo total estimado, caso a contratada não cumpra com as obrigações assumidas, incluindo-se o prazo estabelecido para assinatura do contrato, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Administração;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de São Francisco, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

10.2. As sanções estabelecidas no contrato serão de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada sempre a defesa da empresa adjudicada e registrada no respectivo processo.

10.3. Independentemente da aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, a Administração poderá rescindir o ajuste, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. As multas previstas neste termo de referência poderão ser descontadas no pagamento, ou cobradas judicialmente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
MINAS GERAIS**

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

ANEXO II.

**MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 011/2021**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG

Para a atenção da Comissão Permanente de Licitação.

Referencia: Credenciamento nº 011/2021.

(Razão social), CNPJ/MF nº,
inscrição estadual nº,
telefone:..... fax: e-
mail:....., por seu representante legal, senhor
(a).....
(nacionalidade).....,(estado civil), RG nº.....
expedido por.....,CPF nº, residente à
....., nº.....
apto. nº, Bairro:, (cidade)/(UF), CEP:
....., telefone:, celular:....., e-mail:
....., requer sua inscrição no processo nos termos da Lei
federal nº 8.666/93, o credenciamento de pessoas jurídicas na realização de serviços de
Perfuração de Poços Artesianos, para atender a demanda da secretaria municipal de obras e
transportes mediante adesão às condições previstas no Edital de credenciamento nº. 011/2021.

Item solicitado para credenciamento-----

São Francisco-MG, de de.....

(Assinatura do representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
MINAS GERAIS**

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2021.
DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG
Para a atenção da Comissão Permanente de Licitação.
Referencia: Credenciamento nº 011/2021.**

Razão Social, inscrito no
CNPJ/MF nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, declara sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno,
perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por
menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local

(Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
MINAS GERAIS**

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
CREDENCIAMENTO Nº 011/2021
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE – PESSOA JURÍDICA**

**Para a atenção da Comissão Permanente de Licitação.
Referencia: Credenciamento nº 011/2021.**

A empresa (razão social)....., CNPJ/MF nº....., declara, sob as penas da Lei, que, até a presente data, não possui impedimentos para licitar/contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local)....., de de.....

(Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO.

CONTRATO nº. -----/2021 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG E XXXXXXXXXXXX.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG**, com sede em Av. Montes Claros, nº 243 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.679.153/0001-40, neste ato representado seu Prefeito Municipal, Senhor **MIGUEL PAULO SOUZA FILHO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 6193382, expedida pela SSP/MG e do CPF nº 850.270.496-68, residente e domiciliado na Rua São Francisco, nº 50, localidade Vila do Morro, no município de São Francisco/MG, Estado de Minas Gerais, a seguir denominada apenas **CONTRATANTE**, e de Outro lado a empresa **XXXXX** inscrita no CNPJ sob o nº **XXX** sediada em **XXXX**, na **XXXXXX**, nº **XXXX**, Bairro **XXXXXX**, CEP **XXXX**, neste ato representado por **XXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, decorrente de processo de credenciamento nº 011/2021, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula primeira - DO OBJETO.

1.1. O objeto deste Contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de Perfuração de poços artesianos, a ser destinado a atender as necessidades da secretaria Municipal e Obras e Transportes para eventual esporádica necessidade do município, mediante adesão às condições previstas neste Edital.

1.1. 1 Item credenciado: xxxxxxxxxxxx.

Cláusula Segunda - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 - Os serviços serão prestados na sede, distritos e povoados do Município de São Francisco/MG.
- 2.2 - A **CONTRADA** deverá ter prestado serviços em órgãos Públicos ou Privados no ramo de atividade objeto da Licitação.
- 2.3 - A empresa deve apresentar Atestado de Capacidade Técnica oriundo de órgãos públicos ou privados.
- 2.4 - Os serviços serão executados com acompanhamento de servidor publico responsável pelo monitoramento e por representante da comunidade a ser atendida;
- 2.5 - Deslocamento da **CONTRATADA** será realizado pela Prefeitura municipal para diagnostico do equipamento (bomba, painel e outros);
- 2.6 - Havendo necessidade de instalação/retirada de equipamentos de poços tubulares, o deslocamento do material necessário para manutenção destes poços correrá por conta da Comunidade beneficiada;
- 2.7 - Havendo necessidade de manutenção dos equipamentos : conserto de bomba , painel, troca de tubos e outros correrá por conta da Comunidade beneficiada;
- 2.8 - Correrá por conta da **CONTRATANTE** os serviços relacionados na Solicitação de Compra constante neste processo, emitida por esta Secretaria Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de até **31 (trinta e um) de dezembro de 2021**, contados da assinatura do contrato, podendo ser vantajoso para a Administração Municipal, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

3.2 Caso ocorram às prorrogações previstas no Parágrafo anterior, o reajuste anual do preço do contrato ocorrerá tendo por base o INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) ou outro índice que eventualmente venha a substituí-lo.

Cláusula Quarta - DO PREÇO

4.1. A PREEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, os valores disposto na tabela em do sub item 1.1.1.

Cláusula Quinta - DO PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento da nota fiscal e de documentos de comprovação da execução.

5.2. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada por meio de depósito bancário.

5.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

5.4. Durante a vigência, os preços compactuados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas pelas situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, da redução dos preços praticados no mercado;

5.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65, da Lei 8666/93, o Município, se julgar conveniente poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório;

5.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração o Proponente registrado será convocado pela Contratante para a devida alteração do valor contratado;

5.7. Para concessão da revisão do preço, a Contratada deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, e por escrito, apresentar pedido justificado da revisão do preço, anexando documentos comprobatórios da majoração, e ou, planilha demonstrativa de custo;

5.8. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, após o pedido de revisão do preço, o serviço contratado, se solicitado pela Secretaria Municipal de Obras Transporte e Urbanismo, deverá ser realizado pela contratada pelo valor contido no contrato.

Cláusula Sexta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 A despesa decorrente desta contratação correrá por conta de recursos próprios do orçamento do município, na seguinte dotação:

080117.511.1014.6110 3339030 Ficha 5120	080117.511.1014.6110 3339039 Ficha 5069
---	---



Cláusula Sétima - DA EXECUÇÃO.

7.1. Os serviços serão executados conforme programação e supervisão direta da Secretaria Municipal de Obras e Transportes de São Francisco - MG.

7.2 O prazo de execução será de acordo com o descrito na Ordem de Serviço, em razão da diversidade dos locais de execução, é necessário que a CONTRATADA se organize para executar o serviço de imediato, mediante autorização da Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

8.1.1. Assegurar a proteção e conservação dos serviços realizados;

8.1.2. Permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de São Francisco a inspeção dos serviços em qualquer dia e horário, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados;

8.1.3. Informar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de São Francisco por escrito, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte.

8.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Francisco ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Prefeitura Municipal de São Francisco;

8.1.5. Responsabilizar-se pela execução dos serviços, de acordo com a legislação em vigor;

8.1.6. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;

8.1.7. Acatar a solicitação da fiscalização, por escrito, quando esta exigir da contratada a substituição de qualquer empregado, cuja conduta for considerada inconveniente.

8.1.8. Responsabilizar-se por eventuais acidentes causados a terceiros, bem como assumir integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Prefeitura Municipal de São Francisco, decorrentes da execução dos serviços objeto da licitação;

8.1.9. Responsabilizar-se pela qualidade serviços executados/fornecidos e promover a adequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto;

8.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

8.1.11. Manter durante a execução do contrato, todas as obrigações de habilitação exigidas na licitação;

Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Prestar informações necessárias, com clareza, à CONTRATADA para a execução dos serviços licitados;

9.2. Acompanhar fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços constantes no contrato;

9.3. Notificar a CONTRATADA para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços, que, por ventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais aos beneficiários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

9.4. Emitir a “Ordem de Serviço” por meio da Secretaria Municipal Obras e Transportes, além de emitir autorização para início de serviço em qualquer horário por meio de funcionário plantonista sendo que não pode haver atraso no início do serviço;

9.5. Remunerar os serviços contratados na forma e nas condições pactuadas, podendo oferecer as garantias necessárias para assegurar o respectivo pagamento;

9.6. Exigir a troca de funcionários ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;

9.7. Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e as sanções previstas no contrato, de acordo com as leis que regem a matéria;

9.8. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;

Cláusula Décima - DAS SANÇÕES

10.1- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do CONTRATADO, sujeitando-a as seguintes penalidades, atendida a legislação aplicável, a saber:

I - advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II - multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do serviço realizado em desacordo com as normas procedimentais de saúde

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo de 05 anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º Em caso de atraso injustificado na execução do objeto, poderá a Administração Pública Municipal aplicar multa de até três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso, ou de até vinte por cento, em caso de atraso superior a trinta dias, sobre o valor do serviço não realizado, conforme previsão constante do art. 86 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

§ 2º A aplicação de multa, seja moratória ou compensatória, fica condicionada a sua previsão expressa e suficiente no edital e no contrato, quando houver, por meio de cláusula que contenha a indicação das condições de sua imposição no caso concreto bem como dos respectivos percentuais aplicáveis, conforme art. 86 e inciso II do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 3º O valor da multa aplicada, nos termos do inciso II, será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

Cláusula Décima Primeira - DO RECEBIMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1- O recebimento do objeto deste contrato deverá ser efetuado pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes de São Francisco - MG, sendo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

- I- A fiscalização e o acompanhamento do objeto do presente contrato serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Transportes, através de servidor, designado pelo secretário da pasta para verificar as ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- II- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Cláusula Décima Segunda - DA RESPONSABILIDADE.

12.1- Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, o CONTRATADO responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato comissivo ou omissivo do CONTRATADO ou de seus prepostos.

12.2- Em caso de ocorrências de prejuízos e danos previstos no inciso anterior, a CONTRATANTE poderá abatê-lo das faturas relativas à prestação dos serviços, ou se inviável à compensação, promover a cobrança judicial, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

12.3- Fica expressamente estipulado que não se estabelece, para nenhuma das partes, por força deste instrumento, direitos e obrigações além daqueles expressamente aqui estabelecidos e nem se configura qualquer tipo de responsabilidade solidária ou subsidiária, entre estas, com relação ao pessoal que qualquer delas venha a empregar ou utilizar para a execução do objeto do presente contrato, correndo por conta exclusiva da parte que contratar estes serviços, todas as despesas com salários, honorários, recolhimento de encargos sociais, securitários ou tributários ou qualquer outro decorrente da legislação vigente.

12.4- A mera tolerância na exigência do cumprimento de alguma obrigação deste contrato, não implicará perdão, renúncia ou alteração do que foi pactuado.

Cláusula Décima Terceira - DAS ALTERAÇÕES.

13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previsto pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela Autoridade Competente.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO.

14.1. De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Cláusula Décima quinta - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A mera tolerância não implicará perdão, renúncia, novação ou alteração do pactuado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Avenida Montes Claros nº 243 – Centro – CEP 39.300-000 – CNPJ 22.679.153/0001-40

§ 1º O presente Contrato não gera qualquer vínculo empregatício entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO-MG e os profissionais da CONTRATADA, não cabendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO nenhuma responsabilidade trabalhista ou previdenciária em função deste contrato.

§ 2º Faz parte integrante deste contrato, para todos os efeitos legais, independente de transcrição, o Edital de Licitação correspondente ao Credenciamento nº 011/2021.

Cláusula Décima Sexta - DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS.

16.1. A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO tem como objetivo atender exigências da prestação de serviço ora programada pela secretaria requisitante.

16.2. O presente contrato não gerará certeza de faturamento por parte dos CONTRATADOS, ficando condicionado à efetiva prestação dos serviços.

Cláusula Décima Sétima - DA PUBLICAÇÃO.

17.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal no 8.666/93.

Cláusula Décima Oitava - DO FORO.

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Francisco-MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim avençadas, as partes assinam este Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para fins de direito e de publicação.

São Francisco- MG, 20 de setembro 2021.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO - MG
Miguel Paulo Souza Filho – Prefeito Municipal.
Contratante.**

**EMPRESA TAL
Contratado**

TESTEMUMHAS.

01-

02-